



PROTEÇÃO SOCIAL

A Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CTOS vem trabalhando com o monitoramento de 5 Programas:

1. Programa de Proteção aos Animais
2. Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados
3. Programa de Auxílio Financeiro Emergencial
4. Programa de Indenização Mediada (PIM)
5. Programa de Proteção Social

Principais ações realizadas

1- A SEDESE, juntamente com outros Órgãos Estaduais, compôs a Força Tarefa que se deslocou imediatamente para prestar apoio aos municípios e às populações atingidas em resposta a emergência do desastre

2- Três parcelas do Piso Mineiro da Assistência Social foram adiantadas para o município de Barra Longa, por possuir menos recursos em conta do Fundo Municipal de Assistência Social em observância ao Art. 7º do Decreto Estadual nº 46.873/2017;

3-Elaborado o Caderno de Orientações para Municípios em Situação de Emergência e Calamidade com disponibilização do arquivo para download e transmissão de Ciclo de Conferencias Telepresenciais sobre Situações Emergenciais (transmitidas e retransmitidas por satélite para todo Estado no período de 16 a 22/12/2015, totalizando 18h30) buscando fomentar ações práticas e efetivas que auxiliem os municípios nas diversas situações emergenciais. Os temas abordados foram os seguintes:

- a) logística e organização em situações emergenciais;
- b) o papel da Assistência Social em situações de emergência;
- c) o trabalho integrado da Assistência Social com outras políticas sociais em situações de emergência;

d) como elaborar planos em situações de emergência;
e) alinhamento para o período das chuvas.

4- A Secretaria passa a integrar a Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial que presta suporte ao Comitê Interfederativo de monitoramento do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC em 2016.

5- Participou e apoiou a Fundação Renova na organização e condução de oficinas com os municípios atingidos, nos meses de março e abril de 2017 que tiveram o objetivo de levantar demandas e subsídios para possíveis ações do Programa de Proteção Social.

6- E ainda, expôs conteúdo em Oficinas, promovidas pela Fundação Renova, com os municípios, em novembro e dezembro de 2017, para apoio técnico a Mariana e Barra Longa, no Trabalho Social com Famílias.

7- Realizou em 2018, reuniões e oficinas de apoio técnico aos municípios atingidos pelo desastre, em março, abril e agosto.

8- Foi elaborado o Plano Estadual de Proteção Social, submetido e aprovado pela CTOS, em julho de 2018, de modo a compor o escopo do Programa de Proteção Social.

9- A Secretaria emitiu Nota Técnica nº 129/2018, demonstrando que os Planos Municipais de Proteção Social elaborados, em versão revisada pelos municípios, em agosto de 2018, atende às indicações da CTOS em sua Nota Técnica nº 24, por conseguinte a Deliberação nº 192 do Comitê Interfederativo - CIF, bem como se alinham ao Plano Estadual de Proteção Social do Governo do Estado de Minas Gerais.

Ações a serem realizadas

1- As ações consignadas no Plano Estadual de Proteção Social e o seu integrante, o Projeto de Enfrentamento a Pobreza.

2- Exercer a função de Assessoria Técnica à CTOS em conjunto com a Secretaria de Estado do Espírito Santo, do Programa de Auxílio Financeiro Emergencial - AFE do TTAC.

3- Participar das reuniões da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio

Emergencial.

Desafios

- 1- Operacionalizar as ações do Plano Estadual de Proteção Social e do Projeto de Enfrentamento a Pobreza
- 2- Prestar apoio técnico aos municípios para a operacionalização dos Planos Municipais.
- 3- Conduzir, à luz do TAC- Governança, a participação da SEDESE nas instâncias previstas e das reuniões da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial.

Sugestões de Encaminhamentos

- 1- Submeter à CTOS e ao CIF as planilhas, planos de trabalho e convênios a serem firmados pelo Governo do Estado e a Fundação Renova.